VAZ & MAIA
Auditores Independentes

FONE: (31) 3273-4724 – CEP 30.130.902
AVENIDA AFONSO PENA, 726 SALA 701/2 - CENTRO
BELO HORIZONTE – MINAS GERAIS
email: auditoria@vazemaia.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Conselheiros da
FUNDAÇÃO DE ASSISTENCIA INTEGRAL À SAUDE - FAIS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO DE ASSISTENCIA INTEGRAL À SAÚDE** "FAIS", que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO DE ASSISTENCIA INTEGRAL À SAÚDE** "FAIS" em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Provisão para Contingências

Em 31 de dezembro de 2024, a FAIS apresentava provisões para perdas cíveis e trabalhistas com prognósticos de perdas possíveis e portanto mencionadas somente em notas explicativas, porém em 2025 de acordo com os prognósticos dos consultores jurídicos grande parte destas provisões se tornaram prováveis e com isto o resultado de 2025 apresentou-se negativo em R$ 28.924.639 afetado também pela provisão para contingências em um total de R$ 26.166.618 conforme nota explicativa 32.

Ajuste de Exercícios Anteriores

Foi registrado em 2025 no Patrimônio Social, o valor de R$ 21.103.910,58 como "Ajuste de Exercícios Anteriores, (nota explicativa 24.1) em decorrência do efeito na renovação das dívidas tributárias com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, PGFN, onde foi processada nova composição de dívidas e ajustados os valores condicionados a pagamentos em dia dos referidos tributos e caso a entidade consiga efetuar os pagamentos dentro dos respectivos vencimentos irá usufruir da remissão dos encargos incidentes sobre os parcelamentos.

Continuidade Operacional

A FAIS vem apurando nos últimos exercícios déficits acumulados e passivo a descoberto, estando o patrimônio social, em 31 de dezembro de 2025, negativado em R$193.496.388 (Cento e Noventa e três Milhões, Quatrocentos e Noventa e Seis mil e Trezentos e Oitenta e Oito Reais, excetuando-se os centavos) e capital circulante líquido negativo, no montante de R$45.137.433 (Quarenta e Cinco Milhões, Cento e Trinta e Sete Mil e Quatrocentos e Trinta e Três Reais, excetuando-se os centavos), incluindo obrigações circulantes por empréstimos bancários, parcelamentos tributários com obrigação de adimplência, até sua integral quitação, e por repasses governamentais não utilizados nos objetos correspondentes. A recuperação financeira e a

FONE: (31) 3273-4724 – CEP 30.130.902
AVENIDA AFONSO PENA, 726 SALA 701/2 - CENTRO
BELO HORIZONTE – MINAS GERAIS
email: auditoria@vazemaia.com.br

continuidade de suas operações dependem da manutenção de superávits, recomposição do patrimônio social e cumprimento das obrigações assumidas nos parcelamentos tributários consolidados, nos contratos de empréstimos celebrados e execução dos convênios pactuados. A administração da FAIS argumenta que sua continuidade operacional, de acordo com a portaria nº 3.410 do Ministério da Saúde de 30/12/2013, é tripartite, no que tange ao financiamento da saúde, ou seja, uma obrigação das esferas Municipal, Estadual e Federal, e que vem, internamente, adotando estratégias para a otimização das receitas e redução dos custos, principalmente no custeio de pessoal próprio. As demonstrações contábeis referidas no parágrafo primeiro foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação brasileira, aplicáveis às Entidades que se encontram em regime normal de operação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações

FONE: (31) 3273-4724 – CEP 30.130.902
AVENIDA AFONSO PENA, 726 SALA 701/2 - CENTRO
BELO HORIZONTE – MINAS GERAIS
email: auditoria@vazemaia.com.br

contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 06 de maio de 2026.

VAZ & MAIA AUDITORES INDEPENDENTES
CRCMG 503
ANTONIO HILARIO MAIA
CONTADOR CRCMG 039.822

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE - FAIS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Em Reais, excetuando-se os centavos

ATIVO		31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		**29.274.598**	**29.803.895**
Caixa e equivalentes	Nota 4	1.761.057	8.512.988
Convênios a receber	Nota 5	20.338.217	13.902.898
Adiantamentos	Nota 6	2.651.534	3.276.325
Estoques	Nota 7	4.256.054	3.883.579
Despesas antecipadas		11.997	7.236
Outros créditos		255.739	220.869
NÃO CIRCULANTE		**38.968.487**	**36.780.718**
Realizável a longo prazo		**2.176.632**	**1.951.398**
Depósitos e bloqueios judiciais	Nota 8	1.633.530	1.484.026
Créditos a recuperar	Nota 9	543.102	467.372
Investimentos	Nota 10	**842.916**	**640.501**
Imobilizado	Nota 11	**35.234.513**	**33.241.721**
Imóveis de uso		30.313.865	28.137.335
Benfeitorias e construções		119.231	119.231
Bens móveis		24.762.256	22.790.900
(-) Depreciação acumulada		-19.960.838	(17.805.745)
Intangivel	Nota 12	**714.425**	**947.098**

PASSIVO		31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		**74.412.032**	**89.487.313**
Fornecedores	Nota 13	5.234.712	3.481.878
Obrigações trabalhistas	Nota 14	15.461.468	13.844.435
Obrigações sociais e tributárias	Nota 15	18.454.766	31.301.782
Empréstimos e financiamentos	Nota 16	24.668.141	32.101.817
Convênios a executar	Nota 17	3.145.945	6.181.010
Receita diferida	Nota 18	5.199.058	511.116
Acordos judiciais a pagar	Nota 19	2.247.942	1.797.731
Credores diversos		0	267.544
NÃO CIRCULANTE		**187.327.443**	**120.565.139**
Fornecedores	Nota 20	9.976.709	10.786.338
Obrigações sociais e tributárias	Nota 21	95.687.671	62.014.531
Empréstimos e financiamentos	Nota 22	44.904.241	27.669.378
Contingências / sentenças judiciais	Nota 23	36.758.823	15.483.081
Receita diferida	Nota 18	0	4.611.811
PATRIMÔNIO SOCIAL	Nota 24	**-193.496.390**	**(143.467.838)**
Fundo patrimonial		-170.774.597	(149.948.961)
Ajuste de avaliação patrimonial		6.202.848	6.481.123
Superávit / (déficit) do exercício		-28.924.642	17.879.307

TOTAL DO ATIVO	**68.243.085**	**66.584.613**
TOTAL DO PASSIVO	**68.243.085**	**66.584.613**

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE - FAIS
DEMONSTRAÇÕES DO SUPERÁVIT/DÉFICIT PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Em Reais, excetuando-se os centavos

DISCRIMINAÇÃO		Exercício Findo em 31/12/2025	Exercício Findo em 31/12/2024
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Receita de contratos SUS / BH		139.883.016	124.802.076
Receitas de doações		2.120.641	2.169.931
Receitas de convênios - custeio		6.721.645	12.025.974
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	Nota 26	**148.725.302**	**138.997.981**
DESPESAS / RECEITAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal	Nota 27	-104.245.712	(100.537.419)
Medicamentos e materiais	Nota 28	-20.268.416	(25.312.024)
Serviços de terceiros	Nota 29	-13.945.591	(10.414.103)
Despesas gerais	Nota 30	-8.562.210	(5.926.241)
Depreciações e amortizações	Nota 31	-3.131.339	(2.693.124)
Outras receitas / despesas	Nota 32	-18.532.405	26.567.450
		-168.685.673	**(118.315.461)**
RESULTADO FINANCEIRO	Nota 34	**-8.964.270**	**(2.803.213)**
SUPERÁVIT LÍQUIDO / (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		**-28.924.642**	**17.879.307**
Valoração da imunidade usufruída:	Nota 37		
INSS Contribuição previdenciária (cota patronal)		20.404.507	20.003.995
Cofins contribuição para financiamento da seguridade social		4.688.388	4.758.247

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE - FAIS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO SOCIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Em Reais, excetuando-se os centavos

DISCRIMINAÇÃO	Fundo Patrimonial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Resultados Acumulados	TOTAL
Saldos em 31/12/2023	**(171.417.527)**	**6.533.171**	**3.537.211**	**(161.347.145)**
Realização Ajuste Avaliação Patrimonial	52.048	(52.048)		
Transferencia p/ fundo patrimonial	3.537.211	-	(3.537.211)	-
Superávit líquido / (déficit) do exercício	-	-	17.879.307	17.879.307
Saldos em 31/12/2024	**(167.828.268)**	**6.481.123**	**17.879.307**	**(143.467.838)**
Realização Ajuste Avaliação Patrimonial	278.275	(278.275)	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	(21.103.911)			(21.103.911)
Transferencia p/ fundo patrimonial	17.879.307	-	(17.879.307)	-
Superávit líquido / (déficit) do exercício	-	-	(28.924.642)	(28.924.642)
Saldos em 31/12/2025	**(170.774.597)**	**6.202.848**	**(28.924.642)**	**(193.496.390)**

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

FUNDAÇÃO DE ASSISTENCIA INTEGRAL À SAUDE - FAIS

HOSPITAL Sofia Feldman cuidados de mãe pra filho

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXO DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Em Reais, excetuando-se os centavos

	Exercício findo em: 31/12/2025	Exercício findo em: 31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Superávit líquido/déficit do exercício	**(28.924.642)**	**17.879.307**
Ajustes ao Superávit líquido/déficit do exercício		
Depreciação e amortização	3.131.339	3.448.069
Redução (Aumento) em Depósitos e bloqueios judiciais	(149.504)	(868.930)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(21.103.911)	
Residual de itens do ativo imobilizado baixados	(738.747)	(582.527)
Aumento (Redução) em Contingências judiciais	21.275.742	(11.092.564)
Variação de ativos e passivos operacionais		
Redução (Aumento) em Convênios a receber	(6.435.319)	7.216.299
Redução (Aumento) em Adiantamentos	624.792	(1.332.949)
Redução (Aumento) em Estoques	(372.475)	1.527.560
Redução (Aumento) em Despesas antecipadas	(4.761)	302
Redução (Aumento) em Outros créditos	(34.870)	(48.754)
Redução (Aumento) em Créditos a recuperar	(75.730)	(355)
Aumento (Redução) em Fornecedores	943.205	(5.709.655)
Aumento (Redução) em Obrigações trabalhistas	1.617.032	1.468.429
Aumento (Redução) em Obrigações sociais e tributárias	20.826.125	(9.371.757)
Aumento (Redução) em Convênios a executar	(3.035.065)	(1.641.694)
Aumento (Redução) em Receita diferida	76.131	436.401
Aumento (Redução) em Acordos judiciais	450.212	2.828
Aumento (Redução) em Credores diversos	(267.544)	14.222
Caixa líquido das atividades operacionais	**(12.197.990)**	**1.344.230**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Adições a investimentos (títulos de capitalização)	(202.415)	75.381
Adições ao imobilizado	(4.147.886)	(4.511.946)
Implementação de softwares	(4.826)	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(4.355.127)**	**(4.436.565)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Aumento / renegociação de empréstimos e financiamentos	9.801.186	2.525.213
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**9.801.186**	**2.525.213**
Aumento/redução de caixa e equivalentes	**(6.751.931)**	**(567.122)**
Variação do saldo de caixa e equivalentes:		
Saldo no início do exercício	8.512.988	9.080.110
Saldo no encerramento do exercício	1.761.057	8.512.988
Variação nos Saldos de Caixa e Equivalentes	**(6.751.931)**	**(567.122)**

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Em Reais, excetuando-se os centavos

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE** "FAIS", é uma instituição filantrópica sem fins lucrativos, devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS sob o nº 23002.000678/89-91, conforme Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos nº 28010.006927-9217, instituída em 28/10/1988, e adquiriu personalidade jurídica em 03/11/1998 com registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas Jero Oliva, sob o nº 71.206. Reconhecida de utilidade pública federal conforme processo MJ nº 13629/89-72 de 27/02/1992, de utilidade pública estadual conforme Lei nº 10599 de 08/01/1992, e de utilidade pública municipal conforme a Lei nº 5906 de 17/06/1991, tendo como objetivo prestar assistência integral à saúde da comunidade, principalmente na área materno-infantil, incluindo o planejamento familiar. Sua principal renda consiste no atendimento ao Sistema Único de Saúde – SUS, com percentual de atendimento de 100% de sua capacidade instalada.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com os critérios e disposições da Lei 6.404/76 com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, quando aplicáveis, estando em conformidade com as exigências da Lei N º 12.101 de 27/11/2009 Decreto 7.237 de 20/07/2010 e Resolução CFC n° 1.409/2012, que aprovou a ITG 2002 no que tange às práticas contábeis adotadas no Brasil, com vistas à divulgação das informações em consonância com as normas internacionais de contabilidade.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis estão descritas a seguir:

3.1 Moeda funcional

A moeda funcional adotada pela FAIS é determinada como a moeda do cenário econômico primário em que opera, e, observando esse aspecto, a Administração definiu como moeda funcional o Real, já que essa moeda é a que melhor reflete o ambiente econômico no qual a FAIS está inserida.

3.2 Instrumentos financeiros

A FAIS opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes a caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a bancos e fornecedores, bem como parcelamentos de débitos tributários, via programas disponibilizados pelos agentes reguladores. Os valores registrados no ativo e passivo circulantes têm liquidez imediata, ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando os prazos e as características desses instrumentos, que são sistematicamente negociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

Identificação e valorização dos instrumentos financeiros: A gestão desses instrumentos financeiros é realizada e monitorada pela Administração, visando maximizar o resultado das atividades fins, bem como estabelecer o equilíbrio entre o capital de terceiros e capital próprio. Os ativos financeiros foram classificados consoante a seguir: (i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado – São os ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo, e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Neste grupo estão incluídos caixa e equivalentes a caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. As aplicações financeiras de curto prazo estão representadas, em sua maioria, por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), indexados à variação do CDI – Certificados de Depósitos Interbancários. (ii) Ativos financeiros disponíveis para venda – Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos

financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. (iii) Empréstimos e recebíveis – São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, quando existentes, aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses, após a data das demonstrações contábeis, os quais são classificados como ativo não circulante. Os passivos financeiros foram classificados como outros passivos financeiros e são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método dos juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. Em 31 de dezembro de 2025, os passivos financeiros da FAIS são compostos por financiamentos bancários e de recursos governamentais, e contas a pagar a fornecedores.

3.3 Ativos e passivos Circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

Os direitos e obrigações realizáveis e cobráveis após o encerramento do exercício social seguinte são mensurados como não circulantes.

3.4 Reconhecimento das receitas

As receitas são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, quando há aumento nos benefícios econômicos futuros relacionados a um aumento do ativo ou a uma diminuição no passivo e quando elas puderem ser confiavelmente mensuradas. As receitas de incentivos ou de repasses de órgãos públicos governamentais são reconhecidas com base em contratos assinados entre as partes e no período de vigência do direito das mesmas, independentemente de ter havido ou não o recebimento. Para as receitas recebidas efetivamente são emitidas notas fiscais municipais. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto a sua realização.

3.5 Reconhecimento das despesas

As despesas são reconhecidas com a observância do regime contábil de competência de exercício, quando existe uma diminuição nos benefícios econômicos futuros relacionados a uma redução no ativo ou a um aumento no passivo e quando elas puderem ser confiavelmente mensuradas.

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras quando existentes estão avaliadas ao custo (valor aplicado) acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço que são registrados no resultado do exercício.

3.7 Créditos a receber

São reconhecidos de acordo com a competência dos créditos recebíveis, e, quando aplicável, ajustado pela mensuração de provisão para fazer face aos riscos de perdas nesses montantes ativados, em consonância às

normas e práticas contábeis adotadas no País, e tendo como premissa o histórico de perdas nos referidos valores mensurados.

3.8 Provisão para perdas com o recebimento de créditos

A Administração revisa periodicamente os valores dos créditos a receber e verifica os atrasos, bem como as dificuldades de recebimento, com vistas a mensuração, quando aplicável, dos riscos inerentes às prováveis perdas na realização dos créditos reconhecidos. Para o encerramento dos exercícios de 2025 e 2024, foram reavaliados os critérios de avaliação dos riscos existentes na realização dos ativos, sendo apropriada provisão, quando aplicável, com vistas ao reflexo dos efeitos decorrentes. (nota 5)

3.9 Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

3.10 Imobilizado de Uso

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das depreciações, que foram calculadas pelo método linear, a taxas que leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens. A Administração avalia, quando da preparação das demonstrações contábeis, a valoração aplicada ao imobilizado da FAIS e riscos de eventuais distorções relevantes, considerando o valor justo aplicável a esses itens patrimoniais, para fins de avaliação de eventual *impairment*. Um bem do ativo imobilizado é considerado passível de ajuste de desvalorização quando o seu valor contábil excede o seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existiam indícios de que o valor contábil do ativo imobilizado estivesse superior ao seu valor recuperável.

3.11 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As estimativas mais significativas utilizadas nestas demonstrações contábeis estão relacionadas com as doações de trabalhos voluntários, à estimativa da vida útil dos ativos depreciáveis e de perdas na realização de contribuições e incentivos a receber e dos serviços prestados a outras entidades. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa	4.406	1.917
Bancos C/ Movimento	14.010	299.942

	2025	2024
Aplicações Financeiras	1.742.643	8.211.129
	1.761.059	**8.512.988**

Incluem recursos livres e de convênios a custear, mantidos em conta corrente, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos a contar da data de aquisição e com risco insignificante de mudança de valor.

Recursos mantidos em contas correntes bancárias e/ou correspondentes aplicações financeiras, cujos créditos são vinculados a destinações específicas que restringem sua utilização nas demais atividades da FAIS, são atualizados mensalmente pelos rendimentos financeiros, que se encontram apropriados de acordo com a competência dos créditos auferidos.

5. CONVÊNIOS A RECEBER

Refere-se ao faturamento dos serviços hospitalares e ambulatoriais prestados ao SUS e apropriados até o encerramento do exercício, bem como créditos a receber de Convênios, principalmente com o Pro-Hosp, incentivo contratualização, Incentivos MS – Rede Cegonha e incentivo SES/MG – Rede Cegonha e emendas parlamentares:

	2025	2024
Reforço Custeio SES/MG	2.869.942	2.869.942
Emenda Parlamentar Federal - EPF	2.200.000	
AIH/SUS	3.441.861	1.942.489
Incentivos MS - Rede Cegonha	2.324.017	1.446.519
Rede 100% SUS - SMS	1.839.197	1.445.557
Incentivos SES/MG - Rede Cegonha	1.426.296	1.426.296
Reforço de Custeio - MS	2.750.000	1.625.000
Incentivo Contratualizacao	2.609.525	869.842
SIA Faturamento Ambulatório	1.545.503	759.823
SIA/SUS	913.013	606.165
Rede 100% SUS - Federal	922.482	461.241
Proj. Cirurgia Elet.Hosp.Portaria SMSA 0073/2022	166.945	213.979
Emendas Parlamentares Estaduais - SESMG	120.000	120.000
Créditos de treinamentos	66.631	69.703
Incentivo Residencia Medica	90.000	30.000
Incentivos MS - Integrassus	49.026	16.342
Incentivo Linhas de Cuidado Prioritárias	221.473	
100% SMSA – UTI Complementar	1.078.544	
Totais	**24.634.455**	**13.902.898**
(-) Provisão Para Devedores Duvidosos	(4.296.238)	-
	20.338.217	**13.902.898**

6. ADIANTAMENTOS

Corresponde a antecipações realizadas a funcionários e terceiros, pendentes de baixa por compensação ou ressarcimento até o encerramento dos exercícios, sendo:

	2025	2024
Funcionários		
Férias	538.500	766.896
Vales	1.300	1.300
FGTS	361.266	
Fornecedores		
Adiantamentos	1.301.504	2.219.080
Piso Enfermagem	337.837	268.230
Outros créditos a compensar	111.127	20.819
	2.651.534	**3.276.325**

A Administração avalia que os créditos relativos às antecipações concedidas serão recuperados em sua totalidade no decorrer do exercício social seguinte.

7. ESTOQUES

Corresponde aos produtos e materiais hospitalares e de escritório, mensurados pelo seu custo histórico, à data da efetivação dos gastos, com base em sistema de controle informatizado:

	2025	2024
Drogas e medicamentos	690.731	1.034.501
Material médico hospitalar	1.224.861	1.414.837
Material de engenharia	245.049	231.654
Higienização e limpeza	809.320	246.436
Material para laboratório	357.417	206.872
Gêneros alimentícios	372.470	369.594
Material de esterelização	102.289	100.741
Material de expediente	127.990	123.978
Gases GLP	62.999	24.389
Nutrientes Enterais e Suplementos	72.293	36.491
Equipamentos de proteção individual	77.918	60.957
Outros de menor monta	112.717	32.930
	4.256.054	**3.883.380**

A Administração tem perspectiva que os estoques sejam utilizados em suas atividades estatutárias em um período inferior a 12 meses.

8. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Relativo aos valores realizados por depósitos judiciais e recursais, correspondentes aos processos em trâmite onde a FAIS figura como Ré, além de bloqueios de créditos bancários anteriormente disponíveis nas contas correntes bancárias e/ou correspondentes aplicações financeiras:

	2025	2024
Depósitos judiciais	762.303	1.209.680
Depósitos recursais	119.301	119.301
Bloqueios de recursos mantidos em contas bancárias	751.926	155.045
	1.633.530	**1.484.026**

9. CRÉDITOS A RECUPERAR

O montante mensurado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 corresponde ao processo nº 1085046-83.2021.4.01.3800, ajuizado pela FAIS contra a Caixa Econômica Federal, visando o ressarcimento de valores debitados em conta bancária do Hospital através de "golpe cibernético", em virtude de falhas nos mecanismos de segurança da citada instituição. O processo se encontra com a fase postulatória encerrada, já havendo sido apresentada a impugnação do Hospital à defesa da Caixa Econômica Federal. Atualmente, o processo aguarda a prolação do despacho saneador e a designação de audiência de instrução e julgamento.

Quanto às possibilidades de recuperabilidade dos montantes extraviados, a opinião dos responsáveis jurídicos é que são contundentes as possibilidades desses valores serem ressarcidos à FAIS, não existindo riscos de eventuais perdas decorrentes desse processo.

10. INVESTIMENTOS

O montante mensurado corresponde a valores de títulos de capitalização adquiridos junto a instituições financeiras (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S/A), com resgate previsto para efetivação após decorridos os prazos de carência para suas realizações, definidas para cada aplicação efetivada, estando registrados ao custo de aquisição.

11. IMOBILIZADO DE USO

Os bens estão registrados pelo custo de aquisição, deduzidos das cotas de depreciação correspondentes, apuradas com base nas taxas máximas permitidas pela legislação fiscal. No exercício de 2010 foi atualizado todo o imobilizado de uso da Instituição ao valor justo de mercado, através de Laudo Técnico Especializado, conforme previsto no pronunciamento ICPC 10 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis), resultando em um valor de ajuste no montante de R$9.422.587, cujos valores foram apropriados em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Social. Os bens móveis considerados nesse procedimento de avaliação, encontram-se totalmente depreciados, com base nos percentuais dos encargos, apropriados desde a data dos citados ajustes. A partir daquele levantamento, todos os bens do imobilizado de uso passaram a ser controlados individualmente, bem como foram estimados os prazos de vida útil remanescente, os quais servem de base para as depreciações às taxas anuais aplicadas.

	2025	2024	%

	Custo Histórico	(-) Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	Depr. Anual
Imóveis					
Terrenos	6.013.998		6.013.998	6.013.998	
Edificações	24.419.097	(6.862.985)	17.556.112	15.964.142	4%
Bens móveis					
Máquinas e equipamentos	19.342.556	(9.566.111)	9.776.444	9.322.312	11,11%
Móveis e utensílios	3.222.812	(2.089.543)	1.133.268	1.190.319	11,11%
Processamento de dados	1.382.685	(965.026)	417.659	536.619	33,33%
Veículos	766.303	(456.215)	310.089	104.812	20%
Instalações	47.900	(20.958)	26.942	31.732	10%
Construções e benfeitorias				77.788	
	55.195.351	**(19.960.838)**	**35.234.513**	**33.241.721**	

As contrapartidas dos custos de aquisição de bens móveis e obras estruturantes, vinculados aos Termos de convênio contratados, estão registradas nas contas passivas de receitas diferidas, em consonância aos preceitos das Leis 11.638/07 e 11.941/09, e especificamente ao CPC07 (R1) Subvenção e Assistência Governamentais, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, através da NBC TG 07 (R1), que trata da aquisição de bens duráveis com recursos de assistência governamental, com contrapartida a ser prestada pelo agente beneficiado (nota explicativa nº 18).

12. INTANGÍVEL

Corresponde aos contratos de licenciamento, implantação e manutenção de sistemas operacionais da FAIS, em operação e em implantação, sendo relativo aos seguintes custeios:

	2025	2024
Intangíveis em operação:		
Ativos intangíveis implementados (softwares)	1.512.761	1.507.936
Amortização apurada e apropriada (softwares em operação)	(798.336)	(560.837)
	714.425	**947.098**

Intangível em operação a partir do exercício de 2023, incluindo os custos de implantação, licenças de uso “MV”, licenças de uso Microsoft e implementação de banco de dados.

Em conformidade às normas e práticas contábeis adotadas no País, os encargos relativos a amortização sobre os itens intangíveis são apurados e apropriados a partir da efetiva implementação dos sistemas, quando em operação, e, assim, revestidos das premissas de geradores de caixa à FAIS.

13. FORNECEDORES

Corresponde às aquisições de bens, produtos e serviços para uso e consumo nas operações da FAIS. Os débitos são apropriados em conformidade à efetiva competência dos valores envolvidos, reconhecidos ao custo efetivo, e com quitação prevista para o mês seguinte.

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Estão apropriados, até o encerramento do exercício, os valores correspondentes às obrigações devidas de salários, 13º salário, férias a pagar e demais obrigações relativas, de acordo com a competência dos débitos existentes:

	2025	2024
Férias	9.932.115	9.126.083
Salários	4.921.587	4.601.191
Residentes/bolsistas	44.608	40.301
13º. a pagar	309.778	
Rescisões	39.525	48.932
Autônomos	4.476	2.194
Serviços odontológicos	4.642	5.173
Acadêmicos e estagiários	3.488	11.398
13º Salario (diferenças e judicializado)	3.442	3.442
Plano de Saude	17.397	2.339
Pensão alimentícia	5.477	3.382
Empréstimos Consignado	174.932	
	15.461.467	**13.844.435**

O saldo de férias a pagar inclui a obrigação vencida e proporcional, inclusive adicional de 1/3 previsto na Constituição Federal, e encargos sociais sobre os valores apropriados.

15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

Corresponde aos encargos sociais e impostos retidos ou apropriados para recolhimento no exercício seguinte. Os saldos de parcelamentos, correspondentes a débitos consolidados na esfera federal, estão atualizados de acordo com os normativos aplicáveis, e demonstrados na nota explicativa n° 21.

	2025	2024
Débitos correntes		
IRRF	4.363.315	4.579.740

	2025	2024
INSS	985.484	1.821.810
FGTS	1.706.086	817.903
ISSQN	18.811	179.127
Pis/Cofins/CSLL/CSRF	130.208	87.582
INSS terceiros		39.129
INSS processo trabalhista	24.729	69.589
IRRF sobre serviços	51.610	32.420
Contribuição sindical		3.717
Sindicato dos Fisioterapeutas Ocupacionais MG		766
Contribuição social - Sindeess		19.007
Contribuição Negocial - Sindeess		19.324
Contribuição social - SINDTRAUX MG		2.748
	7.280.243	**7.672.863**
Débitos parcelados		
FGTS:		
Consolidado em 2014	882.563	844.400
Consolidado em 2019/20	2.175.434	2.017.426
	3.057.997	**2.861.826**
Débitos previdenciários Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	600.583	6.627.937
Demais débitos Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	4.099.413	7.622.475
	4.699.996	**14.250.412**
Débitos previdenciários Secretaria da Receita Federal	56.282	664.766
Demais débitos Secretaria da Receita Federal	61.000	673.211
Secretaria da Receita Federal – parcelamento simplificado	3.299.248	5.178.704
	3.416.530	**6.516.681**
	18.454.766	**31.301.782**

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2025	2024
Caixa Econômica Federal	7.463.556	4.303.652
Banco do Brasil S/A	1.341.463	820.940
Recursos de convênios (EPF; EPM; EPE; PE e Insumos)	15.863.121	26.977.225
	24.668.140	**32.101.817**

Os débitos mensurados no encerramento dos exercícios de 2025 e 2024 correspondem a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras, incluindo ainda saldos de créditos recebidos de convênios e não executados nos correspondentes objetos, até a data.

16.1 **Caixa Econômica Federal**

Saldo das parcelas vincendas até o encerramento do exercício seguinte, relativo aos débitos mensurados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, pelos contratos datados de 15/09/2015, 05/04/2016 e 12/05/2021,

renegociados e consolidados no exercício de 2022, através da contratação formalizada através de Cédula de Crédito Bancário datada de 11 de agosto de 2022, no valor histórico de R$28.403.657, com vencimento final previsto para 10 de agosto de 2032, tendo sido contratado com encargos financeiros equivalentes a 0,654% a.m. + TR, e taxa de risco de crédito equivalente a 0,2466% a.m., considerando como garantia a cessão de direitos creditórios junto ao Ministério da Saúde em decorrência da prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde, estando o débito atualizado até o encerramento dos Balanços.

16.2 **Banco do Brasil S/A**

Contrato datado de 20 de dezembro de 2022, com vencimento final em 23 de novembro de 2026, com primeira parcela a vencer em 23/07/2023, negociado em 41 parcelas de valor histórico no montante de R$121.951, juros efetivos de 1,67% a.m., estando mensurado com as atualizações devidas, até o encerramento do Balanço.

16.3 **Recursos de convênios**

No decorrer dos exercícios de 2021, 2022, 2023 e 2024 e 2025, foram creditados recursos de convênios à FAIS, cujos montantes não foram executados nos respectivos objetos, até o encerramento do exercício de 2023, sendo utilizados no custeio de outras despesas operacionais da Entidade, sendo gerada uma obrigação junto aos agentes repassadores, conforme demonstrado:

Histórico	Acumulado 2025	Acumulado 2024
Recebimentos junto aos agentes repassadores		
	15.863.121,23	**26.977.226**

Valores históricos de créditos recebidos por convênios federais, municipais e estaduais, não utilizados nos objetos específicos, pendentes de realização, de acordo com os objetos pactuados nos respectivos termos, a serem executados na data de encerramento das demonstrações contábeis.

17. CONVÊNIOS A EXECUTAR

Corresponde aos montantes recebidos e pendentes de execução, até o encerramento dos exercícios de 2025 e 2024, dentro dos cronogramas de implementação aplicados, estando mensurados em correspondência aos montantes ativos reconhecidos e/ou mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras.

18. RECEITA DIFERIDA

Os saldos correspondem aos custos de aquisição de ativos imobilizados vinculados a termos de convênios, sendo utilizados nas atividades da FAIS, mensurados no passivo em consonância aos preceitos das Leis 11.638/07 e 11.941/09, e especificamente ao CPC07 (R1) Subvenção e Assistência Governamentais, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, através da NBC TG 07 (R1), que trata da aquisição de bens duráveis com recursos de assistência governamental, com contra-partida a ser prestada pelo agente beneficiado.

Os saldos diferidos são reconhecidos em despesa de acordo com a apropriação dos encargos correspondentes de depreciação sobre os itens patrimoniais adquiridos, em consonância às normas e práticas contábeis adotadas no país.

19. ACORDOS JUDICIAIS A PAGAR

Referente a débitos por sentenças judiciais recursais transitadas em julgado, até o encerramento dos exercícios de 2025 e 2024, e acordadas as respectivas quitações junto aos credores das obrigações, com a mensuração no passivo de acordo com os prazos de vencimento das parcelas acordadas entre as partes.

20. FORNECEDORES
(Não Circulante)

Corresponde ao saldo vincendo a partir do encerramento do exercício seguinte, considerando as parcelas acordadas para quitação, por dívidas existentes junto a terceiros, estando os débitos vencíveis em até 12 meses mensurados na rubrica correspondente no passivo circulante.

21. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS/PARCELAMENTOS
(Não Circulante)

Corresponde às parcelas de longo prazo dos parcelamentos ativos, consolidados nos programas disponibilizados pelos órgãos reguladores, cujos débitos estão mensurados com as atualizações monetárias devidas sobre as parcelas em aberto, até o encerramento dos exercícios:

			2025
	Circulante	Não circulante	Total
▪ **FGTS** (21.1)			
Consolidado em 2014	882.563	2.651.089	3.533.652
Consolidado em 2020	2.175.434	2.522.887	4.698.321
▪ **Procuradoria Geral da Fazenda Nacional** (21.2)			
Débitos previdenciários PGFN	600.583		600.583
Demais débitos Procuradoria PGFN	4.099.413	33.031.955	37.131.368
▪ **Secretaria da Receita Federal**			
Débitos previdenciários Secretaria da Receita Federal	56.282		56.282
Demais débitos Secretaria da Receita Federal	61.000		61.000
Secretaria da Receita Federal – parcelamento (21.3)	3.299.248	10.726.000	14.025.248
▪ **Dívida ativa**			
Transação excepcional PGFN Dívida ativa previdenciária	-	8.312.246	8.312.246
Transação excepcional PGFN Dívida ativa demais débitos	-	38.443.494	38.443.494
	11.174.523	**95.687.671**	**106.862.194**

			2024
	Circulante	Não circulante	Total
▪ **FGTS** (21.1)			

			2024
	Circulante	Não circulante	Total
Consolidado em 2014	844.400	3.310.492	4.154.892
Consolidado em 2020	2.017.426	4.202.968	6.220.394
▪ **Procuradoria Geral da Fazenda Nacional** (21.2)			
Débitos previdenciários PGFN	6.627.937		6.627.937
Demais débitos Procuradoria PGFN	7.622.475	20.522.049	28.144.524
▪ **Secretaria da Receita Federal**			
Débitos previdenciários Secretaria da Receita Federal	664.766		664.766
Demais débitos Secretaria da Receita Federal	673.211		673.211
Secretaria da Receita Federal – parcelamento (21.3)	5.178.704	14.985.812	20.164.516
▪ **Dívida ativa**			
Transação excepcional PGFN Dívida ativa previdenciária	-	14.953.919	14.953.919
Transação excepcional PGFN Dívida ativa demais débitos	-	4.039.291	4.039.291
	23.628.919	**62.014.531**	**85.643.450**

21.1 **FGTS**

Renegociação de 18/11/2014 junto à Caixa Econômica Federal. A dívida foi renegociada em 180 parcelas mensais e consecutivas de R$45.888, em valores históricos. Foi incluído também, um novo parcelamento que contemplou as competências em aberto do período de 12/2014 a 06/2015 em 60 parcelas mensais e consecutivas de R$35.527, e, em 26/02/2016, incluiu um terceiro parcelamento que contemplou as competências em aberto do período de 07/2015 a 01/2016 em 60 parcelas mensais e consecutivas de R$42.872, em valores históricos.

21.2 **Transação excepcional PGFN, débitos previdenciários e demais débitos**

Os saldos mensurados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 correspondem a consolidação dos débitos mensurados em anos anteriores, que foram incorporados ao programa de parcelamento "Transação excepcional" de débitos previdenciários e outros, instituído através da Portaria 14.402/2020 do Ministério da Economia e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

A Portaria 14.402/2020 estabelece as condições para transação excepcional na cobrança da dívida ativa da União, em função dos efeitos da pandemia causada pelo Coronavírus (COVID-19), na perspectiva de recebimento de créditos inscritos.

No que tange à consolidação da dívida junto ao programa instituído através da Portaria 14.402/2020 do Ministério da Economia e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Hospital, no cumprimento integral das diretrizes definidas, estará creditada, no decorrer do período de vigência e de vencimento das respectivas parcelas devidas, de deduções sobre a dívida consolidada, sendo este crédito reconhecido quando da quitação de cada mensalidade, em cumprimento aos direitos e obrigações definidos pela citada Portaria.

21.3 **Secretaria da Receita Federal – parcelamento simplificado**

No exercício de 2025, foram efetivados parcelamentos simplificados junto à Secretaria da Receita Federal de débitos vencidos relativos a imposto de renda e INSS, consolidados no montante total de R$14.142.530,00, incluindo os encargos de juros, multa e atualizações monetárias devidas até a data de consolidação, para quitação em 60 meses.

22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
(Não Circulante)

Saldo das parcelas vincendas após o encerramento do exercício seguinte, relativo aos débitos mensurados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, correspondentes aos contratos assinados em 11/08/2022, 28/11/2024, 28/02/2025 e 04/11/2025 junto à Caixa Econômica Federal, tendo como garantia a cessão de direitos creditórios junto ao Ministério da Saúde em decorrência da prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde e contrato assinado em 20/12/2022 junto ao Banco do Brasil, tendo como garantia acessória a contratação de títulos de Capitalização.

			2025			**2024**
	Débito Circulante	Débito Não circulante	Total	Débito Circulante	Débito Não circulante	Total
Caixa Econômica Federal	7.463.556	44.904.240	52.367.796	4.303.652	25.685.440	29.989.092
Banco do Brasil S/A	1.341.463	-	1.341.463	820.940	1.983.938	2.804.878
	8.805.019	**44.904.240**	**53.709.259**	**5.124.591**	**27.669.378**	**32.793.969**

23. CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS
(Não Circulante)

Conforme as informações externas repassadas, a FAIS é Ré em diversas ações trabalhistas e cíveis, e, para o encerramento do exercício, com base nessas informações apresentadas pelos responsáveis jurídicos, houve a análise dos efeitos e possíveis efeitos nas demonstrações contábeis, considerando os riscos que envolvem os litígios conhecidos. Desta forma, a provisão contingencial relativa a processos em trâmite, com prognósticos de perda provável ou possível, de acordo com a avaliação dos responsáveis jurídicos, passou por processo de revisão e análise para as correspondentes mensurações e divulgações

	2025		**2025**	
Referência	**Perdas prováveis**		**Perdas possiveis**	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Processos Recursais(Trabalhistas)	64	19.460.685	-	-
Processos Recursais (Cível)	28	13.240.309	84	7.795.000
	92	**32.700.994**	**84**	**7.795.000**
Sentenças judiciais Julgadas (Cível)	4	1.980.038		
Sentenças judiciais Julgadas	70	4.070.052		
	74	**38.751.084**		

A mensuração e divulgação das informações relativas aos processos judiciais existentes, onde a FAIS está titulada como Ré, limitou-se aos dados apresentados na documentação nominada aos responsáveis jurídicos por esses referidos processos.

24. PATRIMÔNIO SOCIAL

Corresponde ao Fundo Patrimonial da entidade, reduzido dos déficits acumulados, apurados no decorrer de suas operações, e ajustado anteriormente em 2010 pela mensuração da avaliação patrimonial mencionada na nota explicativa nº 11, estando os saldos apresentados em conformidade às Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social, em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

24.1 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Corresponde à ajustes relativos a negociações com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, totalizando um valor em 2025 de R$ 21.103.910,58, cujo valor está registrado no passivo não circulante (nota 21) sendo que a Instituição será beneficiada a medida que for efetuando os pagamentos em dia dos respectivos parcelamentos das dívidas junto a Receita Federal do Brasil. E em 2025 houve uma nova negociação destes valores cujos saldos eram originários dos exercícios anteriores.

25. VALORA MINAS

As subvenções aplicadas são reconhecidas de acordo com a repactuação para a manutenção do Termo de Compromisso de Gestão, entre estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, órgão gestor do Sistema Único de Saúde/SUS-MG/Fundo Estadual de Saúde, e o Hospital Sofia Feldman, por intermédio do município de Belo Horizonte, através da sua Secretaria de Saúde.

Os recursos são aplicados conforme o Plano de Metas e Compromissos a serem cumpridos pelo Hospital Sofia Feldman.

Os termos de compromisso de Gestão têm por objeto, a implementação de ações com vistas à melhoria da qualidade do atendimento dos hospitais da rede do SUS no estado de Minas Gerais, através do estabelecimento de metas qualitativas e gerenciais no âmbito do Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais do SUS-MG.

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2025	2024
CONTRATOS SUS BH		
AIH – Produção hospitalar média complexidade (MS)	27.700.735	27.666.564
Projeto Cirurgia Eletiva PORt SMSA 73/2022	1.057.702	
ValoraMinas SES/MG	15.804.192	15.378.125
Incentivo Rede Cegonha (MS)	10.268.606	9.922.947
Incentivo 100% SUS (SMSA)	11.221.189	12.052.629
Incentivo IAC (MS)	10.438.101	10.438.101
Emenda Parlamentar Federal	17.882.469	13.044.697
Reforço de custeio (MS)	13.500.000	12.248.333,
Incentivo 100% SUS – Qualificação da oferta média	9.394.351	9.444.078
Rede 100% SUS (MS)	5.534.893	5.534.893
SIA Produção ambulatorial média complexidade		3.494.780
Emenda Parlamentar Estadual	5.057.450	71
AIH-Proj.Cir.Eletiva-Novo Hospitalar (SMSA)		1.596.864

	2025	2024
Incentivo Linhas Prioritárias	1.324.765	
Incentivo Residência Medica (MS)	360.000	360.000,
Incentivo Integrasus MS	196.105	196.105
Emenda Parlamentar Municipal	7.121.306	2.356.264
Incentivo Recomposição Federal PT GM MS	1.033.860	-
Incentivo de Leite	105.600	
Incentivo 100% SUS Estadual	803.148	
100% SMSA UTI Complementar	1.078.544	
Cofinanciamento Ucinca		1.067.625
	139.883.016	**124.802.076**
DOAÇÕES E SUBVENÇÕES		
Drogas, materiais e medicamentos	1.539.337	1.256.326
Doações em moeda	128.638	178.855
Receita de treinamentos	125.063	459.438
Material para Laboratório	129.953	45.485
Material médico hospitalar	113.331	149.959
Gêneros alimentícios	54.688	55.930
Outros de menor monta	29.631	23.938
	2.120.641	**2.169.931**
CONVÊNIOS/CUSTEIO		
Piso nacional de enfermagem	5.508.519	7.622.029
Convenio NSP	79.774	
Otimizasus Resol 7925/2021	196.002	984.933
Auxilio Financeiro Cef 2349-7 8361 4 - Emenda		3.419.012
Receita Patrimonial Convenios	937.350	511.116
Outros recursos		
	6.721.645	**12.537.090**
	148.725.302	**139.509.097**

27. DESPESAS COM PESSOAL

	2025	2024
Ordenados, salários e gratificações	71.095.845	65.788.541
Férias	10.006.616	10.124.242
13º salário	6.968.365	6.197.774
FGTS	6.106.784	5.634.494
Piso nacional de enfermagem	5.508.519	7.622.029
Vales transporte	1.703.393	1.510.972
Residentes e bolsistas	658.216	657.295
FGTS rescisório	975.272	1.360.767
Aviso prévio e indenizações	511.584	640.060
Cursos e seminários	164.119	284.604
Servicos médicos	336.925	401.891

	2025	2024
Despesas com viagens de pessoal próprio	110.353	181.992
Acadêmicos e estagiários	99.721	132.735
	104.245.712	**100.537.396**

28. MEDICAMENTOS E MATERIAIS

	2025	2024
Drogas e medicamentos	4.580.005	5.354.955
Material médico hospitalar	4.972.845	4.539.556
Itens baixados em em estoques	2.343.431	5.176.584
Gêneros alimenticios	2.895.362	2.623.718
Nutrientes enterais	1.157.750	1.727.758
Produtos de limpeza/higiene/descartáveis	628.820	1.253.301
Material para laboratório	1.008.594	1.042.306
Material de consumo geral		294.387
Antisépticos e germicidas		263.245
Material de escritório	473.260	450.248
Material de engenharia	590.136	595.230
Gases industriais e hospitalares	484.656	871.228
Perdas de insumos	345.693	338.324
Materiais de Esterilização	109.346	
Lavanderia e rouparia	139.416	254.437
Combustíveis e lubrificantes	97.469	101.060
Materiais de Segurança	48.789	158.636
Materiais de copa e cozinha	251.986	267.052
Outros de menor monta	140.858	
	20.268.416	**25.312.024**

29. SERVIÇOS DE TERCEIROS

	2024	2023
Servicos médicos (pessoa jurídica)	629.925	5.914.154
Manutenção de equipamentos	1.204.185	1.307.732
Aluguel de equipamentos		450.888
Exames laboratoriais	487.487	361.437
Assessoria jurídica	541.455	291.017
Coleta de resíduos	235.486	151.976
Impressos e materiais gráficos		135.634
Reforma de mobiliário		110.790
Exames especializados	356.552	294.403

	2024	2023
Consultoria	311.012	368.135
Manipulação de drogas e medicamentos	99.755	
Assinatura de jornais, revistas, internet e outros	11.436	7.993
Controle de qualidade	123.457	41.807
Manutenção de software	1.124.811	780.485
Manutenção de Veiculos	99.998	49.234
Serviços de dedetização		69.272
Serviços Médicos Pessoa Jurídica	8.534.184	
Outros de menor monta	185.848	79.146
	13.945.591	**10.414.103**

30. DESPESAS GERAIS

	2025	2024
Água e esgoto	1.467.023	2.361.552
Energia elétrica	1.499.721	1.681.127
Contrapartidas: recursos de convênios utilizados **(Nota 16.3)**	452.972	1.185.350
Condução e lanches	89.940	91.848
IPTU, taxas e contribuições	59.438	56.617
Telefone e internet	133.030	69.462
Controle social ACAU	107.892	26.42
Custas de devolução de sangue e derivados		51.504
Aluguel de imóveis	93.558	91.848
Seguros		29.704
Devoluções	49.555	
Despesas com Provisões para Perdas	4.296.237	
Vigilancia e segurança	263.517	186.811
Outros de menor monta	49.327	93.630
	8.562.210	**5.832.250**

31. DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

	2025	2024
Encargos de depreciação apropriados no exercício	2.893.921	2.456.349
Encargos de amortização apropriados no exercício	237.418	236.775
	3.131.339	**2.693.124**

A administração reconhece os ajustes de exercícios anteriores, decorrentes de regularizações por erros, pendências ou mudanças de critérios de mensuração, em rubricas de receitas e despesas do próprio exercício corrente, conforme registros apresentados em contas de outras receitas e despesas (nota explicativa nº 32).

32. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

	2025	2024
Inventário em estoques	2.145.514,	4.829.052
Ajustes em obrigações e saldos de provisões	1.512.422	3.163.810
Reembolso de Despesas	24.051	
Reversão de provisões para contingências passivas	1.597.890	15.383.710
Provisões Processos Judiciais	(26.166.618)	
Realização da receita diferida		511.116
Reembolsos de custeios	1.618.689	1.681.528
Despesas Administrativas		(475.792)
Resultado na alienação de imobilizado	(311.303)	
Ajustes em provisões reconhecidas	(3.339)	(6.604.646)
Receitas Eventuais - Provisões	584.830	
Devoluções de Estoque	374.997,	711.914
Receitas Desconto encargos Copasa		7.366.758
Custas judiciais e outras	90.462	-
	18.532.403	**26.567.450**

(1) A FAIS reconhece os ajustes de exercícios anteriores, decorrentes de regularizações por erros, pendências ou mudanças de critérios de mensuração, em rubricas de receitas e despesas do próprio exercício corrente. conforme registros apresentados.

33. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Descontos, deduções e benefícios obtidos	4.350.830	7.862.105
Rendimento aplicação financeira	663.238	457.037
Juros sobre contas a pagar a fornecedores	(40.576)	(4.750)
Descontos concedidos		(129)
Despesas bancarias	(243.044)	92.521
Resultado na alienação de imobilizado		(96.948)
Custas judiciais / multas fiscais	(225.169)	(312.777)
Juros sobre empréstimos	(4.783.747)	(2.717.817)
Juros sobre parcelamentos tributários	(8.685.803)	(8.082.455)

	2025	2024
	8.964.270	**(2.803.213)**

34. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS

A entidade atendeu ao Sistema Único de Saúde – SUS no percentual de 100% de sua capacidade instalada, conforme dispõem as exigências da Lei 12.101/2009, portaria 3.355 do Ministério da Saúde, seguem os demonstrativos dos atendimentos prestados no ano de 2025:

34.1 **Serviços Hospitalares Prestados por Clínica**

Clínica	Internações	Paciente/Dia	Valores
Cirúrgico	1075	1020	R$ 714.239,55
Cirúrgico - pediátricos	20	22	R$ 9.461,98
Obstétricos	10.068	25.423	R$ 7.249.389,01
Clínico	1.079	2.726	R$ 244.138,52
Clínico - pediátricos	100	194	R$ 17.428,97
Pediátricos	3.305	34.764	R$ 16.770.134,85
Total	**15.647**	**64.149**	**R$ 25.004.792,88**

Fonte:Tabw in/DataSus

34.2 **Serviços Hospitalares Prestados por Procedimento obstétrico**

Obstetrícia	Internações	Paciente/Dia	Valores
0310010039 PARTO NORMAL	3.037	7.745	R$ 2.218.435,53
0310010047 PARTO NORMAL EM GESTACAO DE ALTO RISCO	1.142	3.678	R$ 1.019.213,30
0310010055 PARTO NORMAL EM CENTRO DE PARTO NORMAL (CPN)	1.581	2.793	R$ 689.230,35
0411010026 OPERACAO CESARIANA EM GESTACAO DE ALTO RISCO	1.087	4.118	R$ 1.413.836,42
0411010034 OPERACAO CESARIANA	722	1.993	R$ 626.877,48
0411010042 OPERACAO CESARIANA COM LAQUEADURA TUBARIA	694	2.053	R$ 664.386,47
OUTROS PROCEDIMENTOS OBSTETRÍCOS	1.805	3.043	R$ 617.409,46
Total	**8.263**	**22.380**	**R$ 6.631.979,55**

Fonte:Tabw in/DataSus

34.3 **Serviços prestados por Atendimento Ambulatorial**

Descrição	Freqüência	Valores
0101 Acoes coletivas/individuais em saude	1925	R$ 5.774,40
0201 Coleta de material	426	R$ 768,05
0202 Diagnostico em laboratorio clinico	41657	R$ 460.619,09
0203 Diagnostico por anatomia patologica e citopatologia	470	R$ 7.701,26
0204 Diagnostico por radiologia	7616	R$ 337.869,56
0205 Diagnostico por ultrasonografia	4618	R$ 131.744,46
0211 Metodos diagnosticos em especialidades	14235	R$ 218.740,94
0214 Diagnostico por teste rapido	52	R$ -
0301 Consultas / Atendimentos / Acompanhamentos	85857	R$ 648.801,01
0303 Tratamentos clinicos (outras especialidades)	23	R$ 34,04
0309 Terapias especializadas	1613	R$ 4.814,00
0401 Pequenas cirurgias e cirurgias de pele, tecido subcutaneo e mucosa	22	R$ 283,52
0409 Cirurgia do aparelho geniturinario	2221	R$ 962.466,02
0410 Cirurgia de mama	2	R$ 41,48
0415 Outras cirurgias	1	R$ 29,86
0901 Atenção em Oncologia	7	R$ 700,00
Total	**160.745**	**R$ 2.780.387,69**

34.4 **Serviços Hospitalares Prestados por mês**

Mês	Internações	Paciente/Dia	Valores
Janeiro	1440	6137	R$ 2.242.973,13
Fevereiro	1195	4788	R$ 1.758.328,94
Março	1292	5245	R$ 1.919.523,50
Abril	1298	5467	R$ 1.930.305,52
Maio	1477	6164	R$ 2.424.772,94
Junho	1296	5858	R$ 2.243.937,44
Julho	1608	6423	R$ 2.351.820,79
Agosto	1303	5319	R$ 2.138.566,80
Setembro	1315	5159	R$ 2.065.295,93
Outubro	1179	4882	R$ 2.187.769,60
Novembro	1254	4631	R$ 1.885.628,03
Dezembro	990	4076	R$ 1.855.870,26
Total	**15.647**	**64.149**	**R$ 25.004.792,88**
Média mensal	**1.304**	**5.346**	**R$ 2.083.732,74**

Fonte:Tabw in/DataSus

35. **IMUNIDADE USUFRUÍDA**

(a) a cota patronal de INSS, como se devido fosse à previdência social, foi calculada à alíquota de 27,8%, tomando por base as folhas de pagamento de salários mensais dos funcionários e pelos serviços prestadores por autônomos no exercício; e (b) a Cofins (contribuição para financiamento da seguridade social), considerando o percentual de 3% sobre os créditos apropriados, destinados ao custeio das atividades de saúde:

	2025	2024
Cota patronal previdência social	20.404.507	20.003.995
Cofins	4.688.388	4.758.247

36. **CONTINGÊNCIAS**

Os registros contábeis e as operações da FAIS estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, consoante a legislação específica aplicável a cada espécie de tributo,durante seus respectivos prazos prescricionais.

37. SEGUROS (não auditado)

A FAIS adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes com base em 31 de dezembro de 2025, são demonstrados a seguir:

Bens segurados Riscos cobertos Montante da cobertura:

	Valor LMG (R$)
Incêndio, raio e explosão	5.000.000
Dias de paralisação	60.000
Danos elétricos (equipamentos, sistemas e componentes eletrônicos)	100.000
Recomposição de registros e documentos	50.000
Tumultos, greves e *lockout*	200.000
Derrame de *Sprinklers*	50.000
RC proprietário/locatário imóveis comerciais	70.000

38. GESTÃO DE RISCO

A FAIS participa em operações com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes, contas a receber de convênios, contas a pagar a fornecedores, financiamentos bancário e com recursos de convênios e parcelamentos tributários de passivos mensurados, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, suprir as necessidades de caixa, garantir o cumprimento de seus objetivos sociais diretos, originários dos convênios firmados com terceiros, e manter o seu endividamento em níveis compatíveis.

Os valores registrados no ativo e passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimentos em prazos inferiores a doze meses. Considerando os prazos e as características desses instrumentos, inclusive as taxas de remuneração contratadas, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada por meio de mecanismos do mercado financeiro que minimizam a exposição dos ativos e passivos da FAIS, protegendo o seu patrimônio. A FAIS não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou qualquer outro instrumento especulativo durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Belo Horizonte, 31 de Dezembro de 2025

André Luiz Marinho de Castro Lima
Contador
CRCMG 59.085/O-8

Lelia Maria Madeira
Presidente
CPF 194.983.226-00

Tatiana Coelho Lopes
Diretora Executiva

Samuel Fernando dos Reis
Tesoureiro

Parecer do Conselho Fiscal

O **Conselho Fiscal**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias declara que examinou as demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2025, e que as mesmas refletem adequadamente a situação patrimonial e a posição financeira em 31/12/2025.

_____
Hedilei D'ávila Siqueira Xavier
Presidente

Parecer do Conselho Curador

O **Conselho Curador** tomou conhecimento do relatório da administração referente ao exercício findo em 31/12/2025, estando de pleno acordo com o mesmo.

_____
João Batista Marinho de Castro Lima
Presidente

_____
André Luiz Marinho de Castro Lima
Contador
CRCMG 59.085/O-8

_____
Lélia Maria Madeira
Presidente
CPF 194.983.226-00

_____
Tatiana Coelho Lopes
Diretora Executiva

_____
Samuel Fernando dos Reis
Tesoureiro